

**Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
(CNPq)**

Uma tradição interrompida:

Antonio Gramsci e a Ciência Política italiana

Alvaro Gabriel Bianchi Mendez

**Campinas
Agosto de 2010**

Resumo: Tomando como ponto de partida a idéia de que no começo do século XX em uma tradição nacional diversa do pensamento político – a italiana – teve lugar um projeto intelectual de conformação de uma nova Ciência Política, os objetivos desta pesquisa são: 1) fixar os traços característicos principais dessa tradição do pensamento político italiano tal como se consubstanciaram no começo do século XX; 2) reconstruir a história da afirmação dessa Ciência Política no começo do século XX investigando seus métodos e seu objeto; 3) identificar no âmbito dessa tradição o lugar ocupado pelo o pensamento político de Antonio Gramsci e verificar as soluções que este apresentou para os problemas apresentados pela Ciência Política italiana de sua época. Com isso pretende-se contribuir, em primeiro lugar para uma história da Ciência Política que valorize as diversidades nacionais e, em segundo lugar, para uma revalorização da contribuição gramsciana para a Ciência Política contemporânea.

Introdução

Os cientistas políticos estão acostumados à idéia de que foi nos Estados Unidos que sua ciência adquiriu precisos contornos constituindo-se em uma disciplina acadêmica. Já foi dito – e não foram poucos os que afirmaram isso – que a Ciência Política é uma ciência estadunidense. A influência exercida pelas universidades dos Estados Unidos, a difusão de suas revistas e a pujança de suas associações profissionais são indicadores qualitativos que podem sustentar essa afirmação. Quantitativamente o número de cursos desse campo do conhecimento oferecidos em suas universidades, a quantidade de professores e pesquisadores dedicados ao estudo da política e o número de alunos matriculados em cursos de Ciência Política fornecem dados impressionantes: Em 2006, 39.409 estudantes

obtiveram nos Estados Unidos o título de Bacharel em Ciência Política, 2.054 o de Mestre e 649 o de Doutor (NCES, 2007).¹

Esta ciência teria dado seus primeiros passos no final do século XIX, primeiro na Columbia University, na qual Francis Lieber foi nomeado em 1858 para a primeira cátedra em Ciência Política e História e seu sucessor John Burgess fundou, em 1880, a School of Political Science, a primeira instituição acadêmica voltada para o ensino da Ciência Política. Enraizada na tradição política inaugurada pela “*citizen literature*” do final do século XVIII, essa nova ciência tinha como traços característicos: 1) o compromisso com os princípios do liberalismo, 2) o enfoque institucionalista e 3) a afirmação do caráter científico de seu empreendimento.²

Esses traços foram redefinidos com o passar do tempo sem serem, entretanto, superados. Não apenas as idéias liberais passaram por uma importante transformação, como os conceitos de instituição e mesmo de ciência foram profundamente reformulados ao longo do século XX. Essas mudanças preservaram, entretanto, a identidade política e intelectual que a Ciência Política estadunidense havia construído para si.

A hegemonia política dos Estados Unidos traduziu-se, embora não de modo direto, em uma hegemonia dessa tradição. Mesmo quando estudos transnacionais procuram apresentar um panorama do desenvolvimento da Ciência Política em diversos contextos nacionais, frequentemente os métodos, as pesquisas e os temas que se fazem presentes nessa tradição servem de parâmetro para todos os demais,

¹ Sobre a idéia de uma Ciência Política estadunidense ver, p. ex. Crick (1960, p. vi): “a idéia de uma ciência da política tornou-se em nossa era distintivamente estadunidense”.

² Sobre a “*citizen literature*” ver Bliss (1918). A literatura sobre o tema é bastante extensa, mas merecem destaque os trabalhos de Ball (1993 e 1995), Crick (1960), Farr (1983 e 1988), Gunnell (1993 e 1995), Ricci (1984) e Seideman e Harpham (1985).

vistos, na maioria das vezes, como casos de subdesenvolvimento ou de desigual desenvolvimento científico (cf. p. ex. VVAA, 1950, p. 1).

Os resultados aos quais chegou essa ciência têm sido fortemente questionados. Ricci argumentou que a crescente profissionalização da Ciência Política tornou contraditório seu compromisso com os valores da democracia liberal. Ao invés de fortalecer esses valores, a Ciência Política estadunidense teria se tornado incapaz de apresentar resultados que estimulassem uma mudança positiva do comportamento político (RICCI, 1984, p. 23 e 25 e 291-311). Diagnósticos pessimistas a respeito de tais resultados foram ainda apresentados por Farr (1988) e Seidelman e Harphan (1985), enquanto outros protestaram contra a irrelevância que haviam adquirido a *American Political Science Association* e a *American Political Science Review*, bem como a própria Ciência Política que encontrava nessas instituições acadêmicas a sua sede (MONROE, 2005).

Acostumados a pensar a Ciência Política como uma ciência estadunidense, cientistas políticos e historiadores têm descurado o estudo de diferentes tradições nacionais do pensamento político. Caberia, entretanto, destacar que ao mesmo tempo em que a tradição estadunidense dava seus primeiros passos rumo à institucionalização como disciplina acadêmica, outra tradição nacional – a italiana – avançava firmemente em direção à construção de uma específica Ciência Política.

Recolhendo a rica tradição do pensamento político italiano e, particularmente os frutos deixados pelo realismo maquiaveliano, essa Ciência Política debruçou-se sobre a complexa experiência concreta de afirmação de um Estado liberal e nacional, fruto do processo de unificação italiana (ALBERTONI, 1985, p. 303). Gaetano Mosca e Vilfredo Pareto foram seus os precursores, mas não ficaram sós e foram seguidos por autores como Benedetto Croce, Giovanni Gentile,

Robert Michels, Piero Gobetti, Carlo Rosseli, Guido Dorso, Giuseppe Carle, Giole Solari, Giovanni Amendola e Antonio Gramsci.³

As diferenças entre esses vários autores são notáveis. Vilfredo Pareto insistia na necessidade de uma ciência lógico-experimental que pesquisava a “relação entre os fatos sociais” nos limites do tempo e do espaço identificados, recorrendo exclusivamente “à experiência e à observação” (ver PARETO, 1988, § 3, p. 54 e § 19, p. 67).⁴ Em *Les systèmes socialistes*, obra de 1902, insistiu em um estatuto epistemológico para as ciências sociais que fosse capaz de subtraí-la dos sentimentos, das ideologias e do moralismo (cf. BONETTI, 1994, p. 28). Seu livro tratava exclusivamente da ciência, afirmava. E esta não se ocuparia, senão, “de constatar as relações das coisas, os fenômenos, e de descobrir as uniformidades que essas relações representam. O estudo daquilo que se chama *causas*, se com isso se entende os fatos em certas relações com outros, pertence à ciência e reentra na mencionada categoria de uniformidade.” (PARETO, 1974, p. 126). E no *Manuel d'Économie Politique*, publicado pelo mesmo autor poucos anos depois, retomava sua reflexão afirmando que o objetivo da Economia Política e da sociologia era “pesquisar as uniformidades que apresentam os fenômenos, quer dizer, suas leis (...) sem visar nenhuma utilidade prática direta, sem se preocupar de modo algum em dar receitas ou preceitos, sem mesmo buscar a felicidade, a utilidade ou o bem-estar da humanidade ou de uma de suas partes.” (PARETO, 1981, p. 3).

Apenas a existência dessas uniformidades permitiria aplicar um tratamento científico a esses campos do conhecimento. O objetivo da ciência seria, pois, o estudo das leis que regeriam os fenômenos sociais. O conceito de lei científica

³ Sobre a história do pensamento e da Ciência Política italiana na primeira metade do século XX ver, dentre outros, Albertoni (1985, cap. XII e XIII), Bedeschi (2002, cap. I-IV), Bobbio (2002), Livorsi (1976), Palano (2005, cap. Primo), Peticone (1950) e Sola (1984, 1990 e 1992).

⁴ Pareto expôs longamente o método lógico-experimental no *Trattato* (1988, cap. I) e no *Manuale di economia politica* (1981, cap. I).

utilizado por Pareto, entretanto, distinguia-se, claramente da abordagem comteana. Embora para o autor do *Manuel d'Économie Politique*, não possa haver exceções para as leis econômicas ou sociológicas, na medida em que uma uniformidade não-uniforme não faria sentido, “as leis científicas não têm uma existência objetiva” (idem, p. 7). A imperfeição do conhecimento levaria o senso comum a falar de “exceções”. Mas tais “exceções” não seriam senão lacunas do intelecto, ou seja, resultado do desconhecimento de outros fenômenos superpostos àquele fenômeno estudado. Pareto concluía afirmando a impossibilidade de conhecer todos os aspectos de um fenômeno concreto e o conseqüente caráter aproximativo das teorias com uma formulação que lembra os tipos ideais weberianos: “Já que não conhecemos inteiramente nenhum fenômeno concreto, nossas teorias sobre esses fenômenos são somente aproximativas. Conhecemos apenas fenômenos ideais, que se aproximam mais ou menos dos fenômenos concretos.” (Idem, p. 11.)

Benedetto Croce, por sua vez, reconhecia que a uma ciência empírica partia do legítimo desejo de fixar o conhecido e de apresentá-lo de um modo que fosse capaz de subsidiar não apenas a ação política, como, também, as pesquisas ulteriores e a aquisição de novos conhecimentos. Com esse nobre propósito, a ciência empírica da política procederia reduzindo a multiplicidade histórica a um pequeno número de “tipos e classes” e estabelecendo a relação entre as características desses vários tipos sob a forma de “leis empíricas”. Desse modo, os fatos seriam considerados abstratamente, “despojados de sua vida própria, dada pela forma espiritual, quer dizer, pela individualidade” (CROCE, 1994, p. 282). Segundo o filósofo napolitano, a ciência empírica da política esvaziaria com seus “tipos” e “leis” todo o conteúdo vivo do material reunido pela filosofia e pela crítica histórica, classificando e legislando procederia por abstrações e terminaria em “ficções conceituais” (idem).

Morlino (1991) chegou a afirmar que Croce recusava completamente a importância de uma ciência empírica da política. Mas Matteucci fez bem em recordar que em seu escrito programático intitulado “Per una Società di cultura politica” o filósofo napolitano reservava um importante lugar para a ciência empírica da política, a qual “fundando-se sobre a história e trabalhando com procedimentos indutivos, forma os tipos das várias constituições dos Estados e das várias operações da vida pública e as classifica e põe em relação e procura as leis empíricas de concomitância e sucessão e de causa e efeito.” (CROCE, 1994, p. 415 e MATTEUCCI, 1991, p. 127.)

Sem dúvida, a crítica do neoidealismo italiano e, precisamente de Croce, ao positivismo foi extremamente influente em sua época e criou sérias dificuldades para a nova ciência.⁵ É necessário destacar que juntamente com o anti-empirismo e o anti-utilitarismo, o antipositivismo conformava uma ideologia propriamente italiana (cf. BOBBIO, 1990 e MORLINO, 1991). Enfrentando essa ideologia a nova Ciência Política encontrou forte resistência em seu próprio nascedouro (cf. PERTICONE, 1950, p. 251, BOBBIO, 1990, p. 9-14 e MORLINO, 1991, p. 91-92), uma resistência que se tornava ainda mais forte na medida em que ela também se verificava no próprio interior da tradição do realismo maquiaveliano.

Obstáculos ainda maiores ao seu desenvolvimento foram postos pelo advento do regime de Mussolini (cf. p. ex. a opinião de SALVADORI, 1950 e 1950a). Enquanto Vilfredo Pareto, Giovanni Gentile e Robert Michels aderiram ao fascismo e produziram uma literatura que em muitos momentos se confundia com uma mera apologética, outros foram assassinados como Carlo Rosselli e Giovanni Amendola, encarcerados como Antonio Gramsci, ou constrangidos ao silêncio

⁵ Giuseppe Are, entretanto, recusa de modo pouco convincente a idéia de que o neoidealismo croceano tenha sido um obstáculo à Ciência Política italiana e identifica este na “cultura ideológica dos partidos e, em última análise apenas aquela marxista-comunista” (ARE, 1991, p. 137).

como Guido Dorso. Embora tenha fundado algumas faculdades de Ciência Política, o fascismo suprimiu o ensino desta na única instituição na qual ele era uma realidade, o Istituto Cesare Alfieri de Florença (cf. GRAZIANO, 1987, p. 42).⁶

Segundo Graziano, Mosca e Pareto não deixaram praticamente herdeiros intelectuais e a revalorização e seu pensamento ocorreu, paradoxalmente devido à influência que a teoria das elites adquiriu nos Estados Unidos (idem).⁷ Morlino vai além e afirma que no momento de ascensão do fascismo ao poder a Ciência Política já estava sufocada pelo formalismo jurídico e pela filosofia da história neoidealista (MORLINO, 1991, p. 92). Assim, quando a Ciência política italiana deu os primeiros passos em direção a sua reconstrução não o fez retomando seus clássicos e sim sob novas bases, nas quais a hegemonia do pensamento político estadunidense se fez notar e os vínculos com a antiga tradição foram esgarçados.⁸ Não era portanto exagerado o balanço de Bruno Leoni (1960), que considerou “lamentável” o desenvolvimento da Ciência Política italiana no pós-Guerra.

O objetivo desta pesquisa é, assim, fixar os traços característicos principais dessa tradição diversa do pensamento político italiano e localizar, no âmbito dessa tradição, o pensamento político de Antonio Gramsci. Com isso pretende-se contribuir, em primeiro lugar para uma história da Ciência Política que valorize as diversidades nacionais e, em segundo lugar, para uma revalorização da contribuição gramsciana para a Ciência Política contemporânea.

Objetivos

⁶ Sobre a ciência política italiana e sua relação com o fascismo ver Sola (1992).

⁷ Bobbio (1990, p. 10) afirmou que a estrada aberta por Mosca para “o estudo científico da política” “não levou muito longe”.

⁸ Ver a discussão de Graziani (1987), Morlino (1991) e Palano (2005) a respeito.

Os problemas que guiarão esta pesquisa são, sinteticamente, os seguintes:

- 1) Quais seriam os traços distintivos do pensamento político italiano que permitiriam afirmar a existência de uma tradição nacional diversa da Ciência Política, de uma Ciência Política italiana?
- 2) Quais são os conceitos de *ciência* e de *política* presentes nessa tradição?
- 3) Em que medida o pensamento político de Antonio Gramsci permite superar as dificuldades enfrentadas pela Ciência Política italiana?
- 4) Uma retomada desse pensamento pode apresentar uma alternativa para a superação dos impasses da Ciência Política contemporânea?

As hipóteses que organizarão a pesquisa e que se pretende colocar a prova são:

- 1) O pensamento político italiano da primeira metade do século XX está fortemente marcado pelo realismo maquiaveliano. A tradução desse realismo no pensamento de um conjunto de autores tão amplo e diversificado produziu resultados diferentes. Mas é possível identificar um núcleo comum que permite distinguir uma tradição diversa do pensamento político: a) num ponto de partida sempre posto nas divisões existentes na sociedade; b) nos conflitos que ocorrem a partir dessas divisões; e c) na análise das formas de articulação da coerção e do consenso que têm lugar no âmbito desses conflitos.
- 2) Desde Maquiavel está presente a idéia de que seria necessário abordar a política de modo científico, mas foi no começo do século XX que essa ciência refinou seus instrumentos e procurou tratar seu objeto de acordo com cânones da pesquisa aceitos em outras áreas do conhecimento.

Embora o conceito de ciência seja nessa tradição diverso, predominou nela a idéia de que caberia a esta identificar as uniformidades políticas existentes. Por sua vez, o conceito de política preponderante tendeu a definir esta, seguindo a trilha aberta pelo secretário florentino, como o conjunto de atividades humanas que tem por objetivo a conquista e a manutenção do poder político.⁹

- 3) Inserindo-se no âmbito de uma tradição italiana do pensamento político, Antonio Gramsci abordou alguns dos problemas identificados por esse pensamento: a relação entre ciência e política, dirigentes e dirigidos e coerção e consenso. Nessa abordagem insistiu no caráter histórico dessas relações levando às últimas consequências a crítica ao positivismo que havia sido mobilizada pelo neoidealismo italiano, sem entretanto, diminuir a importância de uma ciência empírica da política, como este havia feito. O “historicismo absoluto” que caracterizava o pensamento de Gramsci lhe permitiu encontrar soluções para os problemas identificados pelo pensamento político da época que implicavam na negação da radical cisão estabelecida por esse pensamento no âmbito dessas relações e na reconstrução crítica de uma ciência da política com base na filosofia da práxis.
- 4) Uma retomada desse pensamento político italiano e, particularmente, da revisão crítica deste levada a cabo por Antonio Gramsci no âmbito de sua filosofia da práxis, permitiria recolocar para Ciência Política a análise fundamental dos conflitos organizados em torno do poder político.

⁹ Na conhecida carta a Francesco Vettori, na qual apresentava sua obra *Il Principe*, Nicolau Maquiavel definiu assim o objeto de sua pesquisa: "O que é um principado, de que espécie são, como são conquistados, como são mantidos, e por que se perdem" (MACHIAVELLI, 1971, p. 1160).

Revisão bibliográfica e justificativa

Os esforços de Gaetano Mosca e Vilfredo Pareto no início do século XX com vistas à constituição de um conhecimento sobre a política que se distinguisse da atividade política culminaram na constituição de uma Ciência Política na Itália (BOBBIO, 2002 e SOLA, 1990 e 1994). Antes mesmo de Mosca e Pareto a idéia de uma Ciência Política era corrente e no século XIX quase um lugar comum. Assim, logo após a transformação da Repubblica Cisalpina em Repubblica Italiana, foi fundado o Istituto Nazionale, o qual por decreto legislativo de 17 agosto 1802, dividia-se em três seções, uma das quais dedicadas às “scienze morali e politiche”. Já a partir da década de 1840 era comum a referência às “scienze e legge politiche”, nome da cátedra da Università di Padova ocupada por Cristoforo Negri em 1843, ou mesmo às “scienze politiche”, como no discurso de Paolo Costa, de 1831.

No singular a expressão “scienza politica” era menos frequente, mas ela se faz presente, por exemplo, na tradução italiana do livro de Carl Ludwig Von Haller, *Ristaurazione della scienza politica, ovvero Teoria dello stato naturale sociale opposta alla supposizione di uno stato civile fattizio*, de 1828; nas máximas reunidas por Filippo Scolari - *Massime fondamentali di scienza politica offerte per necessaria e pronta istruzione del popolo della Repubblica di Venezia al cittadino ministro Angelo Toffoli* -, de 1848 e no texto de Saverio Scolari, *Istituzioni di scienza politica*, publicado em 1874.

Mas foi a partir de Mosca e Pareto que teve início a busca de um conhecimento científico da política de acordo com parâmetros de rigor que poderiam ser assemelhados às ciências naturais ou, pelo menos, aquela que ambos consideravam ser a ciência social mais desenvolvida da época, a nova economia política de inspiração marginalista (MOSCA, 1982a, p. 552 e PARETO, 1980, p. 133). Por essa razão, frequentemente, a publicação dos *Elementi di scienza politica*, de

Mosca, em 1898, é apontada como o primeiro passo para a afirmação dessa ciência (cf. BOBBIO, 2002, p. 285).¹⁰

O pensamento de Mosca e Pareto marca claramente uma ruptura no pensamento político italiano. Em ambos autores encontra-se a disposição explícita de romper com a análise descritiva das instituições própria da direito público e o normativismo que caracterizava a filosofia política.¹¹ Essa ruptura já está anunciada na primeira obra de Mosca *Sulla teorica dei governi e sul governo parlamentare*, de 1884, na qual propunha separar a análise da distribuição de fato do poder político, a qual poderia ser estudada por meio do método histórico, da distribuição formal, que poderia ser encontrada nos textos legais ou na fórmula política dominante (SOLA, 1994, p. 32).¹² A Ciência Política, desse modo, se constituía como uma ciência do poder voltada para a análise da distribuição efetiva de poder na sociedade e para as lutas que ocorrem nesses processos distributivos.

As raízes desses autores na tradição italiana de pensamento político são bastante claras. Elas precisam, entretanto, ser examinadas de modo rigoroso para evitar simplificações. Antonio Gramsci apontou para a importância que teve o maquiavelismo e o antimachiavelismo para o desenvolvimento da Ciência Política

¹⁰ A datação não deixa de ser arbitrária até mesmo se consideramos o caráter pioneiro da obra de Mosca, uma vez que *Sulla teorica dei governi e sul governo parlamentare* é de 1884. Nesta obra, entretanto, Mosca refere-se não à Ciência Política, e sim à Sociologia. Na segunda edição, datada de 1924, corrige o texto de modo a introduzir o termo "*scienza politica*", por ele utilizado desde a primeira edição dos *Elementi di scienza politica* quando justificou então sua nova opção terminológica: "escolhemos esta denominação porque foi a primeira usada na história do conhecimento humano, porque ainda não caiu em desuso, e ainda porque o nome novo de sociologia, que, depois de Augusto Comte foi adotado por muitos escritores, não tem ainda um significado bem determinado e preciso e no uso comum compreende todas as ciências sociais" (MOSCA, 1982a, p. 552.)

¹¹ Ao contrário de Mosca, que preferiu abandonar o termo Sociologia, substituindo-o pelo de Ciência Política, Pareto preserva essa primeira designação, conduzindo o estudo dos fatos políticos para seu interior.

¹² Em sua *Teorica dei governi*, Mosca define a "formula política" como o princípio abstrato por meio do qual uma classe política justifica seu poder (MOSCA, 1982a, p. 226).

na Itália e o impacto da proposição de Croce sobre a "autonomia do momento político-econômico" nascida no âmbito de uma investigação sobre o secretário florentino (Q 10/II, § 41, p. 1315).¹³

O desenvolvimento do maquiavelismo e do antimachiavelismo na tradição italiana não foi, certamente, linear e o processo de constituição de uma Ciência Política na península esteve marcado por essa trajetória. Benedetto Croce, por exemplo, subestimava a contribuição de Maquiavel à "arte" da política. E o próprio Mosca recusava a idéia de que Maquiavel tivesse "sido o fundador de uma verdadeira ciência política", uma vez que teriam faltado ao florentino os conhecimentos que apenas o desenvolvimento da crítica histórica teria permitido (MOSCA & BOUTHOU, 1958, p. 115). Mas se Maquiavel não poderia, segundo o autor dos *Elementi di scienza politica*, ser reconhecido como o fundador da Ciência Política, ele não deixava de ter méritos, uma vez que foi capaz de ver "que em todas as sociedades humanas existem tendências políticas constantes e que estas podem ser encontradas estudando-se a história dos diferentes povos" (*idem*, p. 116). Estabelecer as regularidades históricas por meio da análise histórica comparada era o projeto teórico do próprio Mosca em seus *Elementi*.

Também Pareto considerava que Maquiavel foi tão longe quanto podia em seu tempo, desenvolvendo em *Il Principe* um argumento sobre um caso concreto. Partindo do estudo de um caso particular, o secretário florentino teria alargado sua pesquisa até chegar à investigação dos meios mais apropriados para conseguir a potência econômica, militar e política. E poderia, a partir desse caso ter chegado à questão geral dos "movimentos virtuais", assim como pretendia fazer a sociologia contemporânea, afirmou o sociólogo de Lausanne, se tivesse à disposição os instrumentos e conhecimentos que esta possui hoje. Por isso fica evidente a

¹³ Para simplificação do texto citaremos Gramsci nos *Quaderni del Cárcere* utilizando a letra "Q", seguida do número do caderno, do parágrafo e da página de referência.

“potência extraordinária do pensamento de Aristóteles e mais ainda de Maquiavel, os quais com os elementos muito imperfeitos subministrados pelo conhecimento da época em que viviam se alçaram tão alto.” (PARETO, 1988, § 1975, p. 1884.)

O mérito de Maquiavel encontrava-se em ter se restringido à análise das relações entre fatos sociais, evitando em sua obra os juízos éticos (PARETO, 1988, § 2165, p. 2057). A premissa de ater-se à “*verità effettuale della cosa*” explicitada em *Il Principe* é análoga ao conselho que Pareto dava: “nas ciências sócias é necessário principalmente estar em guarda contra a intromissão dos sentimentos do autor, os quais inclinam a pesquisar não aquilo que existe, sem mais, mas aquilo que *deveria* existir para adaptar-se aos seus sentimentos de religião, moral, patriotismo, humanitarismo ou de outra espécie.” (PARETO, 1988, § 2411, p. 2538.) A acusação de imoralidade comumente lançada contra Maquiavel não teria, por essa razão, sentido algum, uma vez que atendo-se à análise dos fatos sociais ele apenas expressou “uniformidades que todos podem verificar na história” (PARETO, 1988, § 1975, p. 1881.)

A posição de Antonio Gramsci nessa constelação é um dos objetos da presente pesquisa. De fato, é característico do pensamento político desse autor uma tentativa explícita de construir uma ciência da política que reconhecia sua raiz na tradição maquiaveliana e que procurava estabelecer um diálogo crítico com o pensamento político de sua época. Ao invés de simplesmente rejeitar a Ciência Política, como havia rejeitado a Sociologia em sua crítica ao *Ensaio popular* de Nicolai Bukharin, Gramsci envolveu-se em um ambicioso projeto de reconstrução desta no âmbito de uma filosofia da práxis.

A investigação gramsciana a respeito dos fundamentos de uma ciência da política tinha origem na retomada crítica da afirmação de Benedetto Croce a respeito da “autonomia” da política fundada por Maquiavel. Fiel ao princípio

metodológico que recomendava investigar a "*verità effettuale della cosa*",¹⁴ com o qual Maquiavel pretendia abordar a política como ela é e não a imaginação desta, o marxista sardo insistiu na necessidade da Ciência Política fundar-se em a) um *objetivismo realista*, no qual a realidade empírica era concebida como o resultado da atividade humana e acessível ao conhecimento, e b) um *realismo popular*, no qual a leitura da realidade efetiva teria por objetivo encontrar nesta as possibilidades de transformação realmente efetivas. Desse modo, seria possível afastar a política e a reflexão sobre ela da religião e da ética sem, entretanto, romper os vínculos existentes entre a Ciência Política e a ação política (cf. BIANCHI, 2008, p. 149-151).

Essa nova impostação metodológica permitiu a Gramsci superar os impasses aos quais havia chegado o pensamento político de sua época. De fato, uma das consequências do realismo maquiaveliano que influenciava o pensamento político da primeira metade do século XX era a percepção de uma constante permanência na história da humanidade da distinção entre dois tipos de homens: os dirigentes e os dirigidos. Já em Maquiavel seria possível encontrar essa idéia. Nos *Discorsi sopra la prima deca di Tito Lívio*, afirmou: "há em toda república dois humores diversos, aquele do povo e aquele dos grandes" (MACHIAVELLI, 1971, p. 82). E em *Il Principe* anunciou a mesma idéia:

"em todas as cidades, existem esses dois humores diversos que nascem da seguinte razão: o povo não quer ser comandado nem oprimido pelos grandes, enquanto os grandes desejam comandar e oprimir o povo; desses dois apetites diferentes, nascem nas cidades um destes três efeitos: Principado, liberdade ou licença" (MACHIAVELLI, 1971, p. 271).¹⁵

¹⁴ "Porém, sendo minha intenção escrever algo útil para quem me ler, parece-me mais conveniente procurar a verdade efetiva das coisas [*verità effettuale della cosa*] do que a imaginação desta." (MACHIAVELLI, 1971, p. 280.)

¹⁵ Para uma exposição do pensamento maquiaveliano que destaca a separação entre governantes e governados, ver Burnham (1963).

Autores como Mosca e Pareto, embora guardassem entre si importantes pontos de divergência, partilhavam um pensamento no qual se afirmava a inevitabilidade da existência de minorias dirigentes, da separação entre governantes e governados, bem como um consistente pessimismo que considerava igualmente inevitável a degeneração de todas as classes políticas e de todas as instituições (MEDICI, 1990, p. 11).¹⁶

Mosca, em sua *Teorica de governi e governo parlamentare*, questionou as tradicionais classificações das formas de governo de acordo com o número daqueles que governavam afirmando que “os governantes, ou seja, aqueles que têm em mãos e exercitam os poderes públicos são sempre uma minoria e que, sob estes há uma classe numerosa de pessoas as quais não participam nunca *realmente* de algum modo do governo, não fazem senão subi-lo; esses podem ser chamados de governados.” (MOSCA, 1982, p. 203). E, nos *Elementi di Scienza Politica*, o mesmo autor registrou:

“Entre as tendências e os fatos constantes que se encontram em todos os organismos políticos existe um cuja evidência pode se manifestar facilmente a todos: em toda sociedade, a começar naquelas mais mediocrementemente desenvolvidas e que apenas chegaram aos primórdios da civilização, até as mais cultas e mais fortes, existem duas classes de pessoas, aquela dos governantes e a outra dos governados. A primeira que sempre é a menos numerosa, assume todas as funções políticas, monopoliza o poder e usufrui as vantagens que a ela estão unidas; enquanto a segunda, mais numerosa, é dirigida e regulada pela primeira de um modo mais ou menos legal, ou mais ou menos arbitrário e violento, e a ela fornece, ao menos aparentemente, os meios materiais de subsistência e aqueles que são necessários à vitalidade do organismo político.” (MOSCA, 1982a, p. 608).

¹⁶ Sobre as diferenças entre a teoria mosquiana da “classe política” e a teoria paretiana das “elites” ver Albertoni (1985a).

Pareto, por sua vez, apresentou, em *Les systèmes socialistes* uma teoria científica das *elites políticas*, segundo a qual: “As classes ditas *superiores* são, geralmente, também as mais ricas. Essas classes constituem uma *élite*, uma *aristocracia*.” (PARETO, 1974, p. 131.) Para o sociólogo de Lausanne as diferenças humanas se refletiriam na divisão social em todos os tempos entre um estrato superior onde estão comumente os governantes e um estrato inferior onde se encontram os governados (PARETO, 1988, § 2047, p. 1949-1950). A distinção entre aqueles que estão num estrato superior, as elites, e aqueles que se encontram num nível inferior era feita com base nas capacidades individuais, levando-se em conta a valorização desta ou daquela capacidade pelo grupo social (BUSINO, 19–, p. 21).

Antonio Gramsci abordou essa relação entre governantes e governados de um modo objetivamente realista, reconhecendo a existência da distinção e a separação entre dirigentes e dirigidos como um problema histórico. Tratando esse problema não do ponto de vista dos governantes, mas do ponto de vista dos governados, investigou as condições nas quais a superação dessa distinção e dessa separação seriam possíveis.¹⁷

Foi nessa acepção histórico-política que Gramsci se contrapôs à teoria italiana das elites, predominante à sua época, embora não discordasse que a divisão entre governantes e governados fosse uma realidade política. Essa divisão era por ele concebida até mesmo como o ponto a partir do qual se tornaria possível pensar uma ciência da política. Sob o sugestivo título “*Machiavelli. Elementi di politica*” escreveu Gramsci: “Primeiro elemento é que existem efetivamente governados e governantes, dirigentes e dirigidos. Toda ciência e a arte políticas baseiam-se neste fato primordial, irreduzível (em certas condições gerais)”. A origem dessa distinção era histórica e como distinção histórica ela poderia ser

¹⁷ O diálogo crítico de Antonio Gramsci com os elitistas é explícito. Ver a esse respeito Galli (1967), Finocchiaro (1999), Portinaro (1977), Sgambatti (1977) e Zarone (1990).

atenuada ou, simplesmente, desaparecer. Essa era, para o marxista sardo, uma questão política crucial. Para tal era necessário, segundo afirmava, formar novos e melhores dirigentes:

“Na formação dos dirigentes, é fundamental a premissa: pretende-se que sempre existam governados e governantes ou pretende-se criar as condições nas quais a necessidade dessa divisão desapareça? Isto é, parte-se da premissa da divisão perpétua do gênero humano ou crê-se que ela é apenas um fato histórico, correspondente a certas condições?” (Q 15, §4, p. 1752.)

A divisão entre dirigentes e dirigidos reconhecida por Gramsci não era um dado natural como em Pareto, nem um fato histórico incontornável, como em Mosca. Era o resultado histórico de relações de forças objetivas, políticas e estratégicas que tinham lugar na sociedade e, como tal, essa divisão poderia ser superada. A nova ciência da política deveria abordar não apenas as condições históricas de existência dessa divisão própria de uma distribuição desigual do poder político, como também aquelas necessárias para a superação desta.

O resultado desse projeto intelectual e político é uma notável reflexão sobre a política e sobre o pensamento de seu tempo. Segundo Umberto Cerroni, Gramsci foi além da polêmica puramente prática e somente interna ao movimento socialista e inseriu o pensamento político socialista no contexto geral da ciência política de sua época. Ao fazer isso superou o estreito âmbito das questões políticas imediatas do partido comunista e estabeleceu “um contato crítico com a ciência política oficial, de Croce a Pareto, de Michels a Mosca” (CERRONI, 1976, p. 157). A reconstrução desse “contato crítico” entre Antonio Gramsci e seus contemporâneos torna-se, assim, uma importante chave para a compreensão de seu pensamento político, mas também, para a compreensão do próprio desenvolvimento do pensamento político italiano.

Metodologia e Estratégia de Ação

O desenho dos problemas de pesquisa e das hipóteses correspondentes exige um método apropriado assentado nos pressupostos metateóricos que guiaram a própria definição desse desenho. Por essa razão, a abordagem contextualista apresentada e sucessivamente refinada por Quentin Skinner não é apropriada para a presente pesquisa. Sinteticamente, pode se dizer que a abordagem skinneriana baseia-se nos pressupostos de que o pensamento político de uma época não possui uma vida independente e deve ser reconhecido exclusivamente em seu próprio contexto e que para tal é necessário que a pesquisa investigue exclusivamente aquilo que o autor original realmente pretendeu dizer (cf. SKINNER, 1988 e 1988a, TULLY, 1988 e JASMIN, 2005). Ora, esses pressupostos são violados pelo terceiro problema de pesquisa aqui proposto e que propõe investigar quais as contribuições da tradição italiana do pensamento político e, particularmente da obra de Antonio Gramsci, para a solução dos problemas contemporâneos enfrentados pela Ciência Política.

Em sua crítica a Bukharin e ao positivismo metodológico que sustentava a posição deste, Gramsci afirmou:

“Deve-se deixar estabelecido que toda investigação tem seu método determinado e constrói uma ciência determinada, e que o método se desenvolveu e foi elaborado conjuntamente ao desenvolvimento e à elaboração daquela investigação e daquela ciência, formando com ela um todo único. Acreditar que se pode fazer progredir uma investigação científica aplicando-lhe um método tipo, escolhido porque deu bons resultados em outra investigação ao qual estava relacionado é um equívoco estranho que nada tem em comum com a ciência” (Q 11, §15, p. 1404).

A pesquisa que aqui propomos exige seu próprio método, muito embora este não deva ser de sua exclusividade. Uma abordagem histórica do pensamento político assentada metateoricamente nos pressupostos avançados por Gramsci em sua pesquisa sobre a história do pensamento político e dos intelectuais pode permitir superar os obstáculos epistemológicos apresentados pela abordagem skinneriana para esta investigação (ver FEMIA, 1988). Os pressupostos metateóricos para esta pesquisa são os seguintes:

- 1) “A filosofia de uma época não é a filosofia de um ou outro filósofo, de um ou outro grupo de intelectuais, de uma ou outra fração das massas populares: é uma combinação de todos estes elementos que culmina em uma determinada direção, na qual seu ápice torna-se norma de ação coletiva, isto é, torna-se ‘história’ concreta e completa (integral). A filosofia de uma época histórica não é, então, outra coisa senão a ‘história’ dessa mesma época, não é senão a massa de variações que o grupo dirigente conseguiu determinar na realidade precedente: história e filosofia são inseparáveis nesse sentido, formam um ‘bloco’.” (Q 10/II, § 17, p. 1255)
- 2) “Esta proposição de Croce da identidade entre história e filosofia é a mais rica de consequências críticas: 1) ele está mutilada se não conduz também à identidade de história e política (...) e, 2) portanto, também à identidade entre política e filosofia.” (Q 10/II, § 2, p. 1241.)
- 3) “Se o político é um historiador (não apenas no sentido de que faz a história, mas no sentido de que operando no presente interpreta o passado), o historiador é um político no sentido (que de resto aparece também em Croce) de que a história é sempre história contemporânea, isto é, política” (*idem*)

- 4) “uma corrente filosófica deve ser criticada e avaliada não por aquilo que pretende ser, mas por aquilo que realmente é e se manifesta nas obras históricas concretas.” (Q 10/I, § 12, p. 1235.)

Com base nesses pressupostos é possível perceber que o contexto no qual o pensamento político adquire significado não é exclusivamente aquele no qual ele foi produzido, mas é, também, aquele no qual ele foi apropriado. Do mesmo modo, esses significados não são atribuídos somente pelos autores mas também pelos próprios contextos históricos nos quais eles são produzidos e/ou reelaborados. A partir desses pressupostos rapidamente apresentados é possível definir de modo mais preciso as técnicas de investigação que serão mobilizadas com vistas à realização da pesquisa.

A presente pesquisa procura incorporar aos estudos da área de pensamento político realizados no Brasil a rica metodologia genético-diacrônica que tem caracterizado recentes pesquisas na Itália. Esse metodologia tem se empenhado em uma “contextualização eficaz” do pensamento político, capaz de permitir uma reconstrução rigorosa do percurso da formulação conceitual ao longo dos textos e uma compreensão destes como momento constitutivo do próprio momento histórico no qual foram produzidos ou apropriados. A inspiração para esse método encontra-se na obra de Antonio Gramsci. Em uma nota escrita respeito da obra de Marx, afirma esse autor:

“Se se quer estudar o nascimento de uma concepção de mundo que nunca foi exposta sistematicamente por seus fundadores (...), é preciso fazer preliminarmente um trabalho filológico minucioso e conduzido com o máximo escrúpulo de exatidão, de honestidade científica e de lealdade intelectual, de ausência de todo preconceito e apriorismo ou posição pré-concebida. É preciso, inicialmente, reconstruir o processo de desenvolvimento intelectual do pensador dado para identificar os elementos que se tornam estáveis e ‘permanentes’, ou seja, que são assumidos como pensamento próprio, diverso e

superior ao 'material' precedentemente estudado e que lhe serviu de estímulo; apenas estes elementos são momentos essenciais o processo de desenvolvimento. (...) a pesquisa do *leitmotiv*, do ritmo do pensamento em desenvolvimento deve ser mais importante do que as afirmações particulares e casuais e do que os aforismos isolados." (Q 16, § 2, p. 1840-1842.)

A pesquisa sobre o *leitmotiv* do pensamento político italiano da primeira metade do século XX implica em reconhecer as diferentes temporalidades nas quais esse pensamento se afirma. Os estudos que procuraram revelar o valor imanente e trans-histórico desse pensamento têm levado em conta de modo quase exclusivo o movimento dos conceitos no interior dos textos. Desse modo, a temporalidade que nela teria lugar seria, em grande medida, aquela do tempo lógico dos conceitos. Essa abordagem poderia aqui levar a grandes equívocos e se revelaria inviável para os propósitos desta pesquisa. Para além do tempo histórico dos conceitos é preciso identificar o tempo da produção da própria obra, bem como o tempo histórico no qual essa produção tem lugar.

Corre-se, o risco, entretanto, de perder de vista o próprio objeto de pesquisa, reduzir as diferentes temporalidades ao tempo histórico e o pensamento político estudado a mero epifenômeno da luta entre as diferentes classes sócias e grupos políticos. Para evitar essas reduções pretende-se encontrar esse tempo histórico no âmbito das obras analisadas verificando como as lutas políticas e sociais de uma época impregnam as elaborações políticas e filosóficas dos expoentes do pensamento político italiano. Para tal pretende-se:

- 1) Recuperar as fontes desse pensamento, particularmente do realismo maquiaveliano identificando as diversas formas de apropriação dessas fontes no pensamento político italiano da primeira metade do século XX.
- 2) Reconstruir o debate político da época, procurando estabelecer de modo rigoroso o contexto cultural e político da elaboração desse pensamento,

bem como a tradução desse contexto no interior do pensamento político italiano.

- 3) Explorar a aplicabilidade desse pensamento para a pesquisa crítica no âmbito das ciências humanas a partir do diálogo crítico com o pensamento político atual.

A investigação aqui projetada insere-se no âmbito das atividades da linha de pesquisa Pensamento Político Marxista do Grupo de Pesquisa Marxismo e Pensamento Político, sediado no Centro de Estudos Marxistas (Cemarx) do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas (IFCH/Unicamp).

Referências bibliográficas

- ALBERTONI, Ettore A.. *Storia delle dottrine politiche in Italia*. Milão: Mondadori, 1985.
- ALBERTONI, Ettore A.. *Dottrina della classe política e teoria delle elites*. Milano: Giuffrè, 1985a.
- ARE, Giuseppe. *Scienza Politica e storiografia: comento*. *Rivista Italiana di Scienza Politica*, v. XXI, n. 1, p. 137-143., 1991.
- BALL, Terence. *American Political Science in Its Postwar Political Context*. FARR, James e SEIDELMAN, Raymond (eds.). *Discipline and History: Political Science in the United States*. Ann Arbor: University of Michigan, 1993, p. 207-221.
- BALL, Terence. *An Ambivalent Alliance: Political Science and American Democracy*. FARR, James; DRYZEK, John S.; e LEONARD, Stephen T. (eds.). *Political Science in History: Research programs and Political Traditions*. Cambridge: Cambridge University, 1995, 41-65.
- BARATTA, Giorgio. *As rosas e os Cadernos: o pensamento dialógico de Antonio Gramsci*. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

- BEDESCHI, Giuseppe. *La fabbrica delle ideologie: il pensiero politico nell'Italia Del Novecento*. Bari: Laterza, 2002.
- BIANCHI, Alvaro. *O laboratório de Gramsci: Filosofia, História e Política*. São Paulo: Alameda, 2008.
- BUSINO, Giovanni. Porto: Res, 19--.
- BOBBIO, Norberto. *Profilo ideológico del'900*. Milano: Garzanti, 1990.
- BOBBIO, Norberto. *Ensaio sobre ciência política na Itália*. Brasília: UNB; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2002.
- BURNHAM, James. *The Machiavellians: defenders of freedom*. Chicago: Gateway, 1963.
- CERRONI, Umberto. *Teoria política e socialismo*. Lisboa: Europa-America, 1976.
- COSTA, Paolo. *Discorso di Paolo Costa intorno al governo costituzionale per istruzione di quelli che non sono versati nelle scienze politiche*. Bologna: Baduel, 1831.
- CRICK, Bernard. *The American science of politics: its origins and conditions*. Berkeley: University of California, 1960.
- D'ORSI, Angelo. *Allievi e maestri: l'Università di Torino nell'Otto-Novecento*. Torino: Celid, 2002.
- DE MAS, Enrico. *L'Italia tra Ottocento e Novecento e le origini della scienza politica: Mosca, Michels, Ferrero, Rensi*. Lecce : Milella, 1981.
- FARR, J. 1988. The history of Political Science. *American Journal of Political Science*, v. 32, n. 4, p. 1175-1195, 1988..
- FARR, James. Political Science and the State. FARR, James e SEIDELMAN, Raymond (eds.). *Discipline and History: Political Science in the United States*. Ann Arbor: University of Michigan, 1993, p. 63-79.
- FEMIA, Joseph V.. An historicist critique of "revisionist" methods for studying the history of ideas. In: TULLY, James (ed.). *Meaning and context: Quentin Skinner and his critics*. Princeton, Princeton University Press, 1988, p. 156-175.
- FINOCCHIARO, Maurice A.. *Beyond Right and Left: democratic elitism in Mosca and Gramsci*. New Haven: Yale University, 1999.
- FRANCIONI, Gianni. *L'Officina gramsciana: ipotesi sulla struttura dei "Quaderni del carcere"*. Napoli: Bibliopolis, 1984.
- FROSINI, Fabio. *Gramsci e la filosofia: saggio sui Quaderni del carcere*. Roma: Carocci, 2003.

- FROSINI, Fabio e LIGUORI, Guido. *Le parole di Gramsci: per un lessico dei Quaderni del carcere*. Roma: Carocci, 2004.
- GALLI, Giorgio. Gramsci e le teorie delle "elites". In: ROSSI, Pietro (org.). *Gramsci e la cultura contemporanea*. Roma: Riuniti/ Istituto Gramsci, 1967, v. II, pp. 201-16.
- GERRATANA, Valentino. *Gramsci: problemi di metodo*. Roma: Riuniti, 1997.
- GRAMSCI, Antonio. *Quaderni del carcere: edizione critica a cura di Valentino Gerratana*. Torino: Einaudi, 1977.
- GRAZIANO, Luigi. The Development and Institutionalization of Political Science in Italy. *International Political Science Review / Revue internationale de science politique*, v. 8, n. 1, p. 41-57, Jan., 1987.
- GRAZIANO, Luigi (a cura di). *La scienza politica in Italia: bilancio e prospettive*. Milano : Angeli, 1987
- GUNNELL, John G. The declination of the "State" and the Origins of American Pluralism. FARR, James; DRYZEK, John S.; e LEONARD, Stephen T. (eds.). *Political Science in History: Research programs and Political Traditions*. Cambridge: Cambridge University, 1995, p. 19-40.
- GUNNELL, John G. *The descent of Political Theory: the genealogy of an American vocation*. Chicago: University of Chicago, 1993.
- JASMIN, Marcelo Gantus. História dos conceitos e teoria política e social: referências preliminares. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 20, n. 57, p. 27-38, 2005.
- LEONI, Bruno. Un bilancio lamentevole: il sottosviluppo della scienza politica in Italia. *Il Politico*, n. 25, p. 31-41, 1960.
- MATTEUCCI, Nicola. La scienza politica italiana: tra due mondi. *Intersezioni*, n. 2, p. 383-394, 1981.
- MATTEUCCI, Nicola. Scienza Politica e Filosofia Politica: commento. *Rivista Italiana di Scienza Política*, v. XXI, n. 1, 124-128, 1991.
- MEDICI, Rita. *La metafora Machiavelli: Mosca, Pareto, Michels e Gramsci*, Modena: Muchi, 1990
- MONGARDINI, Carlo. *Osservazioni per una storia della scienza politica in Italia*. Roma: Bulzoni, 1971.
- MONROE, Kristen Renwick. *Perestroika!: the raucous rebellion in Political Science*. New haven: Yale University, 2005.

- MORLINO, Leonardo. La scienza politica italiana: tradizione e realtà. *Rivista Italiana di Scienza Politica*, v. XXI, n.1, p.91-124, 1991
- MOSCA, Gaetano. *Scritti politici*: a cura di Giovanni Busino. Torino: Utet, 1982, v. 1 (*Teorica dei governi e governi parlamentare*).
- MOSCA, Gaetano. *Scritti politici*: a cura di Giovanni Busino. Torino: Utet, 1982a, v. 2 (*Elementi di Scienza Politica*).
- MOSCA, Gaetano e BOUTHOU. *História das doutrinas políticas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1958.
- NCES (National Center for Education Statistics). *Digest of Education Statistics, 2007*. Disponível em: <<http://nces.ed.gov/programs/digest/d07/>>. Acessado em 21 jan. 2008.
- PALANO, Damiano. *Geometrie del potere: materiali per La storia della scienza politica italiana*. Milano: Vita e Pensiero, 2005.
- PARETO, Vilfredo. *Le sistemi socialisti*: a cura di Giovanni Busino. Torino: UTET, 1974.
- PARETO, Vilfredo. *Scritti sociologici minori*: a cura di Giovanni Busino. Torino: Utet, 1980.
- PARETO, Vilfredo. *Trattato di sociologia generale: edizione critica a cura de Giovanni Busino*. Torino: Utet, 1988.
- PERRY, Bliss. *The American spirit in literature*. New Haven: Yale University, 1918.
- PERTICONE, Giacomo. Political Science in Italy. VVAA. *Contemporary Political Science: a Survey of Methods, Research and Teaching*. Paris, Unesco, 1950, p. 249-261.
- PORTINARO, Pier Paolo. Intellettuali, partito e organizzazione de Sorel a Gramsci. In FERRI, Franco. (org.). *Politica e Storia in Gramsci*. Roma: Riuniti/ Istituto Gramsci, 1977, v. II, p. 556-577.
- RICCI, David M.. *The tragedy of Political Science: politics, scholarship, and democracy*. New Haven: Yale University, 1984.
- SALVADORI, Massimo. Las Ciencias Sociales del Siglo XX en Italia. *Revista Mexicana de Sociología*, v. 12, n. 1, p. 111-149, 1950.
- SALVADORI, Massimo. Las Ciencias Sociales del Siglo XX en Italia (Concluye). *Revista Mexicana de Sociología*, v. 12, n. 2, p. 271-300, 1950a.
- SCOLARI, Filippo. *Massime fondamentali di scienza politica offerte per necessaria e pronta istruzione del popolo della Repubblica di Venezia al cittadino ministro Angelo Toffoli*. Venezia: Gaspari, 1848.

- SCOLARI, Saverio. *Istituzioni di scienza politica*. Pisa: Citi, 1874.
- SEIDELMAN, Raymond e HARPHAM, Edward J.. *Disenchanted realist: Political Science and the American crisis, 1884-1984*. Albany: State University of New York, 1985.
- SGAMBATTI, Valeria. Per un'analisi del rapporto tra Gramsci e gli èlitisti. In FERRI, Franco. (org.). *Politica e Storia in Gramsci*. Roma: Riuniti/ Istituto Gramsci, 1977, v. II, p. 606-616.
- SKINNER, Quentin. Meaning and understanding in the history of ideas. In: TULLY, James (ed.). *Meaning and context: Quentin Skinner and his critics*. Princeton, Princeton University Press, 1988, p. 30-67.
- SKINNER, Quentin. Motives, intentions and the interpretation of texts. In: TULLY, James (ed.). *Meaning and context: Quentin Skinner and his critics*. Princeton, Princeton University Press, 1988, p. 68-78.
- SOLA, Giorgio. La scienza politica italiana dall'Unità al Fascismo. In: GHIBAUDI, S. Rota e BARCIA, F. (a cura di). *Studi politici in onore di Luigi Firpo*. Milano: Angeli, 1990, v. IV, p. 189-207.
- SOLA, Giorgio. La scienza politica italiana di fronte al fascismo. In: DEL GROSSO, A. Lazzarino (a cura di). *Democrazia e monocrazia in Europa nella prima metà del Novecento*. Firenze: Centro Editoriale Toscano, 1992, p. 7-117.
- SOLA, Giorgio. *Mosca*. Bari: Laterza, 1994.
- SOLA, Giorgio. Positivismo e politica tra '800 e '900. *Schema*, Padova, n. 2, 1986.
- SOLA, Giorgio. Scienza e teoria nei padri fondatori della scienza politica italiana. *Quaderni Fondazione Feltrinelli*, n. 29, 1984.
- TULLY, James (ed.). *Meaning and context: Quentin Skinner and his critics*. Princeton, Princeton University Press, 1988.
- VVAA. *Contemporary Political Science: a Survey of Methods, Research and Teaching*. Paris, Unesco, 1950.
- ZARONE, Giuseppe. *Classe politica e ragione scientifica: Mosca, Croce, Gramsci*. Napoli: Edizioni Scientifiche Italiane, 1990.